



Por **Sofia Bosque**, engenheira florestal, analista de projetos
no **Imaflora**, com apoio de **Marina Walder**, redatora.

Boina
Linha



Guia de Gestão de Risco de Pecuária Illegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal





Mensagens-chave:

1

A ausência de monitoramento e de rastreabilidade ao longo de toda a cadeia produtiva da pecuária na Amazônia Legal, sobretudo em relação aos fornecedores indiretos, aumenta a exposição do setor a riscos socioambientais.

2

O Guia de Gestão de Risco de Pecuária Ilegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal apresenta uma abordagem estruturada para que os frigoríficos identifiquem, avaliem e respondam a esses riscos, bem como adotem ações para cessar, prevenir, mitigar e remediar os impactos..

3

O Guia apresenta o Mapa de Risco de Pecuária Ilegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal como ferramenta para identificar os territórios mais expostos à pecuária ilegal e apoiar a adoção de tratativas. O mapa também constitui um subsídio para a tomada de decisão de diferentes atores, contribuindo para a garantia dos direitos indígenas.



Pecuária Illegal em Terras Indígenas

Investigações baseadas em dados das Guias de Trânsito Animal (GTA) e notícias recentes indicam a presença de gado proveniente de pecuária ilegal em Terras Indígenas (TIs) na cadeia de fornecimento do setor frigorífico, direta ou indiretamente¹.

A pecuária não é expressamente proibida em TIs, mas o arrendamento e a prática agropecuária nesses territórios em benefício de não indígenas são ilegais².

O Ministério Público Federal (MPF), por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Carne), firmado com frigoríficos na Amazônia Legal, e do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia (PMFGA), estabeleceu que as empresas devem adotar mecanismos para impedir a aquisição de gado associado a irregularidades socioambientais, incluindo animais provenientes de propriedades com sobreposição às TIs.

Embora o monitoramento dos fornecedores diretos tenha avançado nos últimos anos, a ausência de visibilidade completa sobre a origem dos animais amplia o risco de que gado associado a ilegalidades em TIs seja incorporado à cadeia formal de comercialização.

Para apoiar os frigoríficos no fortalecimento dos processos de controle da cadeia de fornecimento e na implementação de práticas de devida diligência, o Programa Boi na Linha desenvolveu o Guia de Gestão de Risco de Pecuária Illegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal.

Garantir que as operações e relações comerciais da cadeia da pecuária não estejam associadas a violações dos direitos dos povos indígenas e a outros riscos socioambientais é uma medida fundamental para promover uma atuação responsável, em conformidade com os Direitos Humanos e a legislação brasileira, além de reduzir riscos jurídicos, reputacionais e operacionais das empresas.

¹ West et al., 2022; MPF, 2023.

² Brasil, 1964; Brasil, 1973; Brasil, 2023.



Da Gestão da Cadeia à Gestão de Riscos

As lacunas de informação existentes na cadeia de fornecimento não eliminam a responsabilidade das empresas sobre os riscos associados às relações comerciais. Pelo contrário, reforçam a necessidade de adoção de mecanismos de devida diligência, que permitem identificar, avaliar e adotar medidas para responder aos riscos.

O Guia de Gestão de Risco de Pecuária Ilegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal orienta a estruturação de diretrizes e procedimentos a partir de duas frentes complementares de atuação: a gestão da cadeia e a gestão de risco.

A gestão da cadeia busca ampliar a visibilidade e o controle sobre a origem dos animais, por meio do monitoramento de fornecedores diretos e indiretos e do avanço de sistemas de rastreabilidade. Para isso, o Guia recomenda um conjunto de medidas que inclui a priorização das áreas de maior risco, a adoção de mecanismos de rastreabilidade individual ou por lote e a realização de auditorias com a publicação dos resultados.

A gestão de risco parte do reconhecimento de que, na ausência de garantia de origem, há riscos que exigem análise e resposta. Para isso, o frigorífico deve estruturar uma política de gestão de risco que estabeleça procedimentos para a qualificação dos riscos, a definição de critérios de monitoramento mais rigorosos em regiões de maior exposição, a criação de canais de denúncia e a elaboração de planos de remediação, com o objetivo de cessar, prevenir, mitigar e remediar impactos identificados.

Os canais de denúncia são mecanismos para identificar situações de ilegalidade e fortalecer o diálogo entre empresas e Povos Indígenas. Devem contar com regras claras para o recebimento, a avaliação e o tratamento das ocorrências, com a definição de responsabilidades e procedimentos que assegurem a apuração das denúncias e a garantia de segurança às vítimas.

Canais públicos de denúncia também devem ser fortalecidos.

Também como parte da gestão de risco, o Guia recomenda o desenvolvimento de uma política de relacionamento a ser aplicada quando houver a necessidade e o interesse de interação entre a empresa e os Povos Indígenas, seja para a remediação nos casos necessários, a prevenção de novas violações dos direitos dos Povos Indígenas, a realização de ações proativas de apoio ao etnodesenvolvimento ou o tratamento de casos excepcionais. O Guia apresenta os principais atores e ferramentas que podem apoiar o relacionamento entre Povos Indígenas e empresas, explicando os papéis desses atores na produção de informações, na proteção de direitos e na mediação de conflitos.

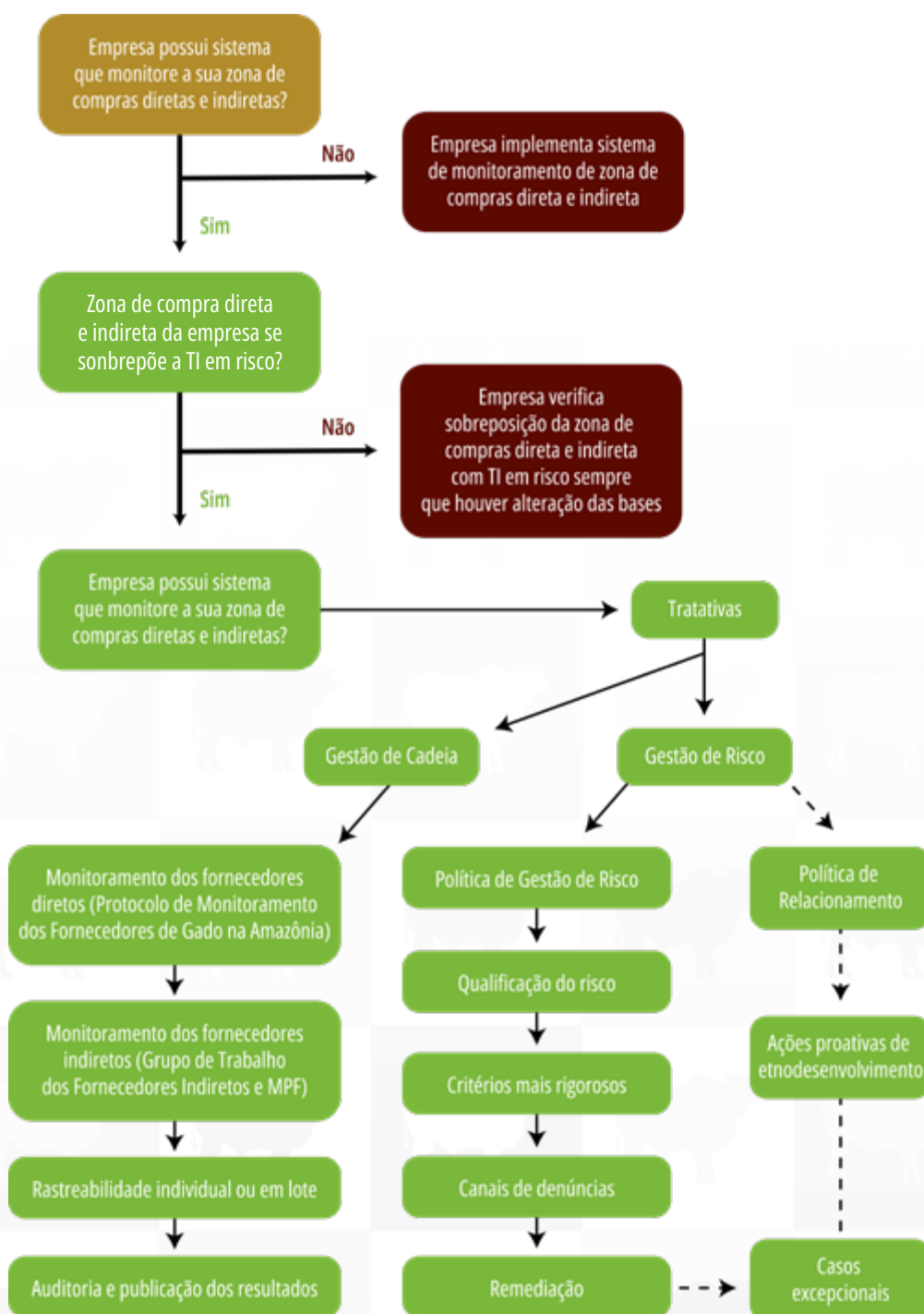
Embora o TAC Carne Legal não permita a comercialização de gado originado em TIs por frigoríficos signatários, há casos em que Povos Indígenas desenvolvem atividades de bovinocultura próprias, alinhadas às tradições, aos acordos internos e aos interesses coletivos, e têm interesse em estabelecer relações comerciais com frigoríficos da região.



Esses casos, considerados excepcionais, envolvem tanto aspectos relacionados à gestão de riscos quanto ao relacionamento entre as empresas e os Povos Indígenas e

demandam uma avaliação específica entre o MPF, a Funai e o Grupo de Trabalho setorial de diálogo entre a indústria, o governo e os Povos Indígenas.

Figura 1: Componentes da Gestão da Cadeia de Fornecimento e da Gestão de Riscos.





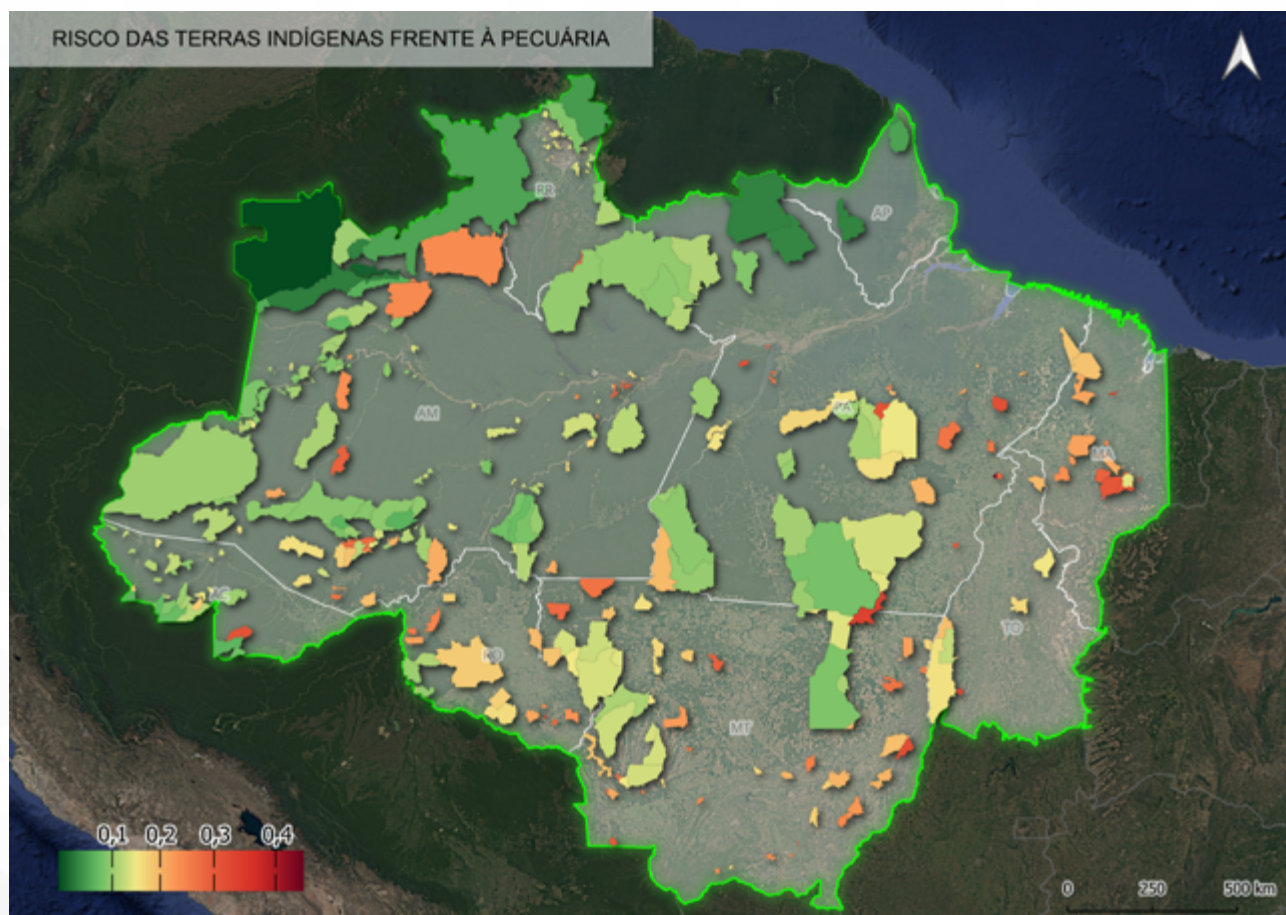
O Mapa de Risco como Ferramenta

O Mapa de Risco de Pecuária Ilegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal³ é uma ferramenta de apoio às etapas de identificação dos riscos e priorização de tratativas. O mapa foi desenvolvido com base em 10 (dez) indicadores: pastagem no interior e no entorno da TI; imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com presença ou ausência de pastagem no

interior da TI e no entorno; aumento de áreas de pastagem entre 2018 e 2023; fase de reconhecimento da TI; governança indígena; e densidade bovina. A combinação desses indicadores permite classificar as TIs em diferentes níveis de exposição ao risco de pecuária ilegal, representados por uma escala de cores, na qual o vermelho-escuro indica os territórios mais expostos.

³ O arquivo vetorial com o mapa está disponível no formato *geopackage* através do [link](#).

Figura 2: Mapa de Risco de Pecuária Ilegal em TIs na Amazônia Legal.





As TIs com maior classificação de risco são Tuwa Apekuokawera e Fazenda Mabel (Gavião/Akrâtikatêjê), no Pará; e Tanaru, em Rondônia. As 2 (duas) áreas mais expostas estão localizadas no Centro de Endemismo Belém (CEB), região que concentra uma das áreas de ocupação mais antiga da Amazônia, elevados índices de desmatamento e baixa cobertura de áreas protegidas⁴. Em comum, os 3 (três) territórios têm ampla presença de áreas de pastagem e de imóveis cadastrados no CAR associados à atividade pecuária, tanto no interior quanto no entorno das TIs, além da ausência de ações de governança.

⁴ Braz et al., 2017; Celentano et al., 2018.

⁵ CPT, 2026.

O Pará, estado em que estão localizadas as 2 (duas) TIs mais expostas à pecuária ilegal, concentrou o segundo maior número de conflitos no campo do país em 2025, atrás apenas do Maranhão⁵. Esse, por sua vez, também concentra parte dos 15 (quinze) territórios classificados com maior risco e, embora parte do território esteja inserido na Amazônia Legal, não integra o Programa Carne Legal do MPF.

Do Diagnóstico à Ação

Mais do que identificar os territórios mais expostos, o Mapa de Risco permite subsidiar diferentes análises e ações sobre a pecuária ilegal em TIs, apoiando a definição de prioridades para o monitoramento, a diligência e a proteção territorial.

Para as empresas, o mapa pode orientar processos de devida diligência e medidas preventivas; para as instituições financeiras, contribuir para análises de concessão de crédito e financiamento; para as instituições públicas, apoiar estratégias de monitoramento, fiscalização e proteção territorial; e para as organizações da sociedade civil e entidades representativas dos Povos Indígenas, auxiliar na priorização de esforços e no fortalecimento de ações voltadas aos territórios mais vulneráveis.

No caso dos frigoríficos, dos varejistas e dos curtumes, o Guia oferece orientações para estruturar medidas de prevenção, de identificação e de resposta aos riscos associados à pecuária ilegal em TIs.

A implementação pode ocorrer de forma gradual e adaptada à realidade de cada organização, fortalecendo a transparência e a capacidade de demonstrar as medidas adotadas perante as instituições públicas, as instituições financeiras, os investidores e os demais atores interessados.



Agradecimentos

Boi_{na} Linha

Criado em 2019 pelo Imaflora em parceria com o Ministério Público Federal, o Programa Boi na Linha orienta e qualifica agentes da cadeia de valor da carne e do couro para a promoção de uma pecuária transparente e livre de desmatamento, de trabalho escravo e de invasão de áreas protegidas.

Com foco prioritário na Amazônia Legal e no Cerrado, o programa busca demonstrar as vantagens sociais, econômicas e ambientais de uma atuação dentro das leis e com responsabilidade socioambiental.

(www.boinalinha.org)



Desde 1995, o Imaflora atua na promoção do uso sustentável e inclusivo dos recursos naturais. Os projetos conciliam conservação ambiental e desenvolvimento econômico, atendendo às demandas das cadeias florestal e agropecuária, da sociobiodiversidade e da agenda climática. Realiza trabalho de campo, assistência técnica, serviços ESG e certificações, além de pesquisa e desenvolvimento de dados.

(www.imaflora.org)



EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Dani Marques MTB 4625 | SP

Fotos

Rick Oliveira | Imaflora

Design Gráfico

W5 Publicidade

O InfoBoi foi criado em 2020 por iniciativa do Programa Boi na Linha, sob a liderança de Lisandro Inakake e Louise Nakagawa.